

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

PROCESSO Nº : 10715.009722/95-15
SESSÃO DE : 18 de maio de 1999
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953
RECURSO Nº : 119.405
RECORRENTE : RMC COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
LTDA
RECORRIDA : DRJ/RIO DE JANEIRO/RJ

IMPORTAÇÃO DE MERCADORIA
CLASSIFICAÇÃO TARIFÁRIA

Na ausência de provas, não há como aceitar a reclassificação
tarifária de mercadoria importada, levada a efeito pela fiscalização.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO

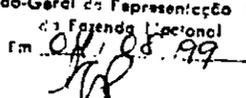
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho
de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, na forma
do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 18 de maio de 1999


HENRIQUE PRADO MEGDA
Presidente

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
Coordenação-Geral de Representação Extrajudicial
da Fazenda Nacional
Em 18/05/99


LUCIANA CORÊZ RORIZ PONTES
Procuradora da Fazenda Nacional


MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Relatora

04 AGO 1999

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: ELIZABETH
EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO, UBALDO CAMPELLO NETO,
ELIZABETH MARIA VIOLATTO, PAULO ROBERTO CUÇO ANTUNES e HÉLIO
FERNANDO RODRIGUES SILVA. Ausente o Conselheiro LUIS ANTONIO
FLORA. Fez sustentação oral o advogado Dr. Roberto Silvestre Maraston - OAB/SP
22.170.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO Nº : 119.405
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953
RECORRENTE : RMC COM. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
RECORRIDA : DRJ RIO DE JANEIRO – RJ
RELATOR(A) : MARIA HELENA COTTA CARDOZO

RELATÓRIO

A empresa acima identificada recorre a este Conselho de Contribuintes, de decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal e Julgamento no Rio de Janeiro – RJ.

DOS ANTECEDENTES À AUTUAÇÃO

A interessada submeteu a despacho aduaneiro, por meio da Declarações de Importação/Adições nºs 010821/001, 019748/001, 019748/010, 021109/001, 021109/002, 023661/001, 023661/002, 031358/001, 038187/001 e 038187/003, registradas de março a agosto de 1995 (fls. 13 a 243), uma série de produtos, classificando-os no código TAB 2936.29.9900 (Outras vitaminas e seus derivados/Outros), com alíquota de 2% para o Imposto de Importação.

DA AUTUAÇÃO

Contra a empresa supra, e em relação às importações descritas, foi lavrado em 20/11/95, pela Alfândega do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o Auto de Infração de fls. 01 a 12, no valor de R\$ 11.301,05, a saber:

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	5.306,22
JUROS DE MORA DO II688,61
MULTA DO II (100%)	5.306,22

Os fatos foram assim descritos no Auto de Infração:

“ERRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL

Falta de recolhimento do II, tendo em vista desclassificação fiscal de diversas mercadorias importadas através das DIs abaixo relacionadas (mercadorias consideradas complementos alimentares).

A Tarifa Externa Comum criada pelo Decreto 1.343, de 223/12/94, DOU de 26/12/94 alterou a partir de 01/01/95 as alíquotas do II e a

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO Nº : 119.405
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953

nomenclatura da TAB/Sistema Harmonizado. De acordo com este diploma legal, a classificação correta é 21069030.

Nos demonstrativos de apuração do II, anexos ao presente Auto de Infração, consta a posição referente à NBM relativa ao IPI.”

ENQUADRAMENTO LEGAL

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

Arts. 99, 100 a 102, 499 e 542 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 91.030/85.

MULTA DO II

Art. 4º, inciso I, da Lei nº 8.218/91.

JUROS DO II

Art. 84 da Lei nº 8.981/95.

DA IMPUGNAÇÃO

Em 16/01/96 a interessada apresentou impugnação tempestiva (fls. 245 a 249), acompanhada dos documentos de fls. 250 a 264.

A peça impugnatória traz as seguintes razões, em resumo:

Observações Necessárias

- não há nos autos nenhuma prova ou subsídio técnico ou merceológico que sustente o pressuposto da Fiscalização de que as mercadorias importadas tratavam-se de “complementos alimentares”;

- as mercadorias foram corretamente descritas nos documentos de importação como “multivitaminas naturais”, “vitaminas diversas”, por isso enquadradas na subposição 2936.29, que compreende as “provitaminas e as vitaminas”;

- não há prova material que possa respaldar as conclusões da Fiscalização;

No Mérito 

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO Nº : 119.405
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953

- as mercadorias em tela, dadas as suas propriedades vitamínicas, classificam-se na subposição 2936.29. A autuada requer, se preciso for, a produção de provas no sentido de identificar e indicar as propriedades das mercadorias despachadas;

Multa do Art. 4º, I, da Lei nº 8.218/91

- a aplicação da multa é incabível, em se tratando de importação de mercadoria, situação submetida à legislação específica;

- há forte jurisprudência do 3º Conselho de Contribuintes, repelindo a pretendida imposição (Acórdão nº 302-32.900);

- de acordo com o Ato Declaratório (Normativo) nº 36/95, nos casos de erro de classificação tarifária, desde que a mercadoria esteja bem descrita, cabe apenas a aplicação de juros e multa de mora.

DA CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA

Em 20/03/97, a DRJ no Rio de Janeiro retornou o processo à repartição autuante (fls. 265 a 269), para as seguintes providências:

- produção de provas, por parte da interessada, conforme solicitado na impugnação;

- envio dos autos ao Laboratório de Análises do Ministério da Fazenda, para que, com base nas informações prestadas pela interessada, e outras a seu juízo, procedesse à análise dos produtos em tela, conforme os quesitos formulados.

DOS ESCLARECIMENTOS TRAZIDOS PELA INTERESSADA

Por meio do documento de fls. 270 a 275, a interessada traz as seguintes definições e a legislação correspondente, emanada do Serviço de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde:

. **Alimento** – toda substância ou mistura de substâncias no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento. (art. 2º do Decreto-lei nº 986/69)

RECURSO Nº : 119.405
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953

. **Produto dietético** – produto tecnicamente elaborado para atender às necessidades dietéticas de pessoas fisiológicas especiais. (art. 4º, XVII, da Lei nº 5.991/73)

. **Nutrientes** – substâncias constituintes dos alimentos de valor nutricional, incluindo proteínas, gorduras, hidratos de carbono, água, elementos minerais e vitaminas. (art.3º, II, da Lei nº 6.360/76)

. **Complemento Nutricional** – o termo **complemento** passa a substituir o termo **suplemento**, e **nutricional** passa a substituir **alimento**; estão classificados nesta categoria vitaminas isoladas ou associadas, sais minerais, gelatina, lícitina, levedura de cerveja, fibras alimentares, óleo de fígado de cação, óleo de fígado de bacalhau, óleo de germe de trigo, spirulina. (Portarias S.V.S./MS nºs 19/95 e 59/96)

. **Alimentos para pessoas que exerçam atividades físicas - desportistas e atletas** (Portarias S.V.S./MS nºs 80/95 e 32/96):

Repositores hidroeletrólíticos – são bebidas isotônicas destinadas a repor água e eletrólitos, podendo, através de sua composição, contribuir para a compensação de perdas hidroeletrólíticas, decorrentes das práticas de atividades esportivas de atletas e atletas de alto nível, às quais é permitida a adição de carboidratos, vitaminas hidrossolúveis e outros minerais. Não é permitida a adição de lipídios e/ou proteínas.

Repositores energéticos – são produtos formulados e elaborados de modo a fornecer principalmente energia, destinados à manutenção do nível ótimo de energia de desportistas, atletas e atletas de alto nível, antes, durante e após a prática de exercícios físicos.

Proteínicos (Proteicos) – são produtos formulados e elaborados para complementar dietas deficientes em proteínas totais de desportistas, atletas e atletas de alto nível.

Compensadores (Nutricionalmente balanceados) – são produtos formulados e elaborados de modo a fornecer energia, carboidratos, lipídios, proteínas, vitaminas e minerais em teores balanceados para desportistas, atletas e atletas de alto nível, sendo permitida a adição de fibras. Não são indicados como única ou principal fonte alimentar diária.

São formulados proporcionalmente com macronutrientes: 

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO Nº : 119.405
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953

Carboidratos – mínimo 55%
Proteínas – máximo 15%
Lipídios – máximo 30%

. **Alimentos para fins especiais** – para gestantes, nutrízes, crianças, idosos e praticantes de atividades físicas.

Produtos: light, low, diet, free, isentos de sódio

(Portarias S.V.S./MS nºs 122/95, 234/96, 422/96 e 600/96)

Em seguida, a autuada identifica os produtos objeto das importações em tela, conforme as definições do Serviço de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde:

D.I. 38187/95

Amino Ácido	Complemento Nutricional
Beta Caroteno	Complemento Nutricional
Diurético	Alimento para Fins Especiais
Ferro	Complemento Nutricional
Ganhador de Massa	Alimento Energético
Gelatina.....	Complemento Nutricional
Ginseng.....	Complemento Nutricional
Inosine	Complemento Nutricional
Magnésio e Cálcio	Complemento Nutricional

D.I. 38187/95

Polivitamínicos	Complemento Nutricional
Queimador de Gordura	Alimento para Fins Especiais
Vitamina B 12	Complemento Nutricional
Vitamina C	Complemento Nutricional
Vitamina de Alho	Complemento Nutricional
Vitamina de Potássio	Complemento Nutricional
Vitamina E	Complemento Nutricional

D.I. 31358/95

Beta Caroteno	Complemento Nutricional
Carnitina	Alimento para Fins Especiais
Ganhador de Massa.....	Alimento Energético
Omega 3	Complemento Nutricional

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO Nº : 119.405
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953

Seleniu Complemento Nutricional
Potássio Complemento Nutricional
Polivitamínicos Complemento Nutricional
Queimador de Gordura Alimento para Fins Especiais
Gelatina Complemento Nutricional
Vitamina de Cálcio Complemento Nutricional

D.I. 23661/95

Carnitina Alimento para Fins Especiais
Inosine Complemento Nutricional

DI 21109/95

Beta Caroteno Complemento Nutricional
Ganhador de Massa Alimento Energético
Selenium com Lecitina Complemento Nutricional
Polivitamínicos Complemento Nutricional
Vitamina de Cálcio Complemento Nutricional
Multivitamínico para Mulheres Complemento Nutricional
D-Salina Complemento Nutricional
Multivitamínico para o Cabelo Complemento Nutricional
Vitamina de Alho Complemento Nutricional
Vitamina de Potássio Complemento Nutricional
Vitamina A Complemento Nutricional
Vitamina B-12 Complemento Nutricional
Vitamina C Complemento Nutricional
Multivitamínico com Mineral Complemento Nutricional
Vitamina E Complemento Nutricional
Selenium Complemento Nutricional
Chomiun Picolinato Complemento Nutricional
Zinco Picolinato Complemento Nutricional
Diuretic Alimento para Fins Especiais
Vitamina B Complexo Complemento Nutricional

D.I. 10821/95

Amino Ácido Complemento Nutricional
Ganhador de Massa Alimento Energético

D.I. 10821/95 *pl*

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO Nº : 119.405
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953

Smilax Plus Complemento Nutricional
Vitamina A Complemento Nutricional
Selenium Complemento Nutricional
Omega 3 Complemento Nutricional

D.I. 19748/95

Amino Ácido Complemento Nutricional
Beta Caroteno Complemento Nutricional
Ganhador de Massa Alimento Energético
Muscle Pill Complemento Nutricional
Polivitamínicos Complemento Nutricional
Queimador de Gordura Alimento para Fins Especiais
Vitamina C Complemento Nutricional
Vitamina de Cálcio Complemento Nutricional
Centrium Complemento Nutricional
Polivitamínico Flinstone Complemento Nutricional
Gatorade Alimentos para Atletas e Desportistas

DO LAUDO DO LABANA

Às fls. 277/278 encontra-se o Laudo do Laboratório de Análises da Secretaria da Receita Federal, com o seguinte conteúdo:

“1 - No desembaraço aduaneiro dos produtos importados através das DI nºs 38187/95 (Adições 001 e 003), 31358/95 (Adição 001), 23661/95 (Adições 001 e 002), 21109/95/95 (Adições 001 e 002), 10821/95 (Adição 001) e 19748/95 (Adições 001 e 010) não foram adotados pela fiscalização os procedimentos previstos na IN nº 14/85 para retirada de amostra e exame laboratorial. Sendo assim, este LABOR não dispõe de amostras lacradas representativas das mercadorias efetivamente importadas e, conseqüentemente, dos dados analíticos necessários ao esclarecimento das questões suscitadas no presente processo. Todavia, à guisa de auxiliar acessoriamente a autoridade julgadora, o LABOR submete algumas considerações teóricas baseadas no exame documental dos registros das DI correspondentes.

2 – Respostas aos quesitos de fls. 57:

a) Se trata-se de uma Provitamina, Vitamina ou seus derivados? *gel*

RECURSO Nº : 119.405
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953

R: Considerando-se apenas a descrição dos produtos relacionados às fls. 16, 17, 18, 20, 21, 64, 67, 93, 94, 125, 126, 127, 128, 169, 170, 195, 204 e 205, já que este LABOR não efetuou exame laboratorial, temos que os mesmos não parecem guardar semelhança com os conceituados no capítulo 29, posição 2936 da NCM. Portanto, não devem ser tão somente vitaminas ou derivados das mesmas.

b) Se seria um “complemento alimentar”, à base de extratos de plantas, concentrados de frutas, mel, frutos, etc, adicionado de vitaminas e, por vezes, de pequenas quantidades de compostos de ferro, apresentando-se acondicionados em recipientes, nos quais conste que se destinam à manutenção da saúde, e que não se próprios para evitar ou tratar doenças ou afecções?

R: Sim, com base somente na declaração da interessada, inferimos que os produtos descritos parecem tratar-se de complementos alimentares.

c) Se trata-se de um aminoácido essencial, ou de uma “substância alimentícia” possuindo valor nutritivo (especificar)?

R: Não, conforme já foi dito acima os produtos em questão parecem satisfazer as características necessárias para serem conceituados como complementos alimentares.”

DO AUTO DE INFRAÇÃO COMPLEMENTAR

Em 08/08/97 foi lavrado o Auto de Infração Complementar de fls. 281 a 291, “tão somente para correção da multa sobre o Imposto de Importação, ou seja, considerar como devida a multa do art. 61, parágrafo 2º, da Lei 9.430/96, mantendo a classificação tarifária já corrigida” (fls. 282). Assim, o crédito tributário, passa a totalizar R\$ 9.345,18, a saber:

	R\$
IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	5.354,22
JUROS DE MORA	2.920,12
MULTA	1.070,84

DA IMPUGNAÇÃO RELATIVA À DILIGÊNCIA E AO AUTO COMPLEMENTAR

Cientificada do Auto de Infração Complementar (fls. 293/verso), a interessada apresentou a impugnação de fls. 294, onde reafirma os argumentos da primeira impugnação.

RECURSO Nº : 119.405
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953

Reitera que, na ausência de prova, a fiscalização não poderia proceder como foi feito. Argumenta que a própria informação técnica, em virtude da inexistência de amostra, enfrentou dificuldades e não pôde emitir laudo conclusivo, com relação às mercadorias efetivamente importadas, e tão somente trouxe aos autos considerações teóricas baseadas no exame documental.

Finalmente assevera que, insubsistente a ação fiscal, não há que se cogitar da exigência de tributos decorrentes da desclassificação tarifária, e também da multa prevista no art. 61, parágrafo 2º, da Lei nº 9.430/96.

DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Em 08/12/97, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro – RJ exarou a Decisão DRJ/RJ/DICEX/SECEX nº 240/97, com o seguinte teor, em resumo:

“Embora sustente o interessado a improcedência da desclassificação tarifária, reafirmando serem os produtos em questão vitaminas da posição 2936, em sua correspondência datada de 08/05/97, ao apresentar a classificação propugnada para os mesmos pela Secretaria de Vigilância Sanitária, informa serem eles considerados, em consonância com os critérios da legislação sanitária, em sua grande maioria, como complemento nutricional.

Tal informação, porém, deve ser considerada apenas subsidiariamente na análise de mérito da presente ação fiscal, vez ser a classificação tarifária das mercadorias determinada pelas Regras Gerais de Interpretação, e, complementarmente, pelos esclarecimentos constantes das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado.

Por outro lado, ainda que sem caráter conclusivo por não se basear em Laudo de Análise, a Informação Técnica do LABOR vem reforçar a procedência da desclassificação tarifária...

Segundo as Notas Explicativas do Sistema Harmonizado, incluem-se no Subcapítulo XI, relativo a Provitaminas, Vitaminas e Hormônios, ‘as substâncias ativas, que constituem um grupo de compostos de constituição química relativamente complexa, e cuja presença no organismo dos animais e plantas, é indispensável ao equilíbrio das suas funções e ao desenvolvimento harmônico de sua vida’. Especificamente em relação às vitaminas, esclarece:

gel

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO Nº : 119.405
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953

‘As vitaminas são substâncias de constituição química geralmente complexa, provenientes de fontes exteriores e indispensáveis ao funcionamento normal do organismo do homem ou dos animais. Como o corpo humano não pode efetuar a síntese destes produtos, eles devem ser fornecidos do exterior sob a sua forma definitiva ou então quase definitiva (provitaminas). Atuando em doses infinitesimais, podem ser consideradas biocatalisadores exógenos, cuja ausência ou insuficiência provoca perturbações do metabolismo ou doenças de carência.’

A subposição adotada pelo interessado – 2936.2, diz respeito às VITAMINAS E SEUS DERIVADOS, NÃO MISTURADOS, o que, considerando a descrição dos produtos por ele apresentada nas Declarações de Importação analisadas, que evidencia tratarem-se, em sua grande maioria, de compostos constituídos de diferentes elementos, demonstra o equívoco da classificação adotada, já que apenas as vitaminas propriamente ditas e seus derivados, desde que não apresentados em dose ou acondicionadas para venda a retalho, classificar-se-iam em tal grupamento, conforme Nota 2 da Seção VI.

Por outro lado, ao se examinar as Notas Explicativas atinentes à posição 2106 – adotada pela autuante para enquadramento dos produtos em lide, encontra-se referência expressa aos ‘complementos alimentares’ descritos no item 16 como:

‘Preparações à base de extratos de plantas, concentrados de frutas, mel, frutose, etc, adicionados de vitaminas e, por vezes, de pequenas quantidades de compostos de ferro, que se apresentam acondicionadas em recipientes nos quais consta que se destinam à manutenção da saúde e do bem-estar.’

Da mesma forma, as Notas Explicativas relativas à posição 3003 – Medicamentos, esclarece que os complementos alimentares, que contenham vitaminas ou sais minerais e que se destinem a manter o organismo sadio, não tendo indicações relativas à prevenção ou tratamento de doenças, classificam-se, em geral, na posição 2106 ou no Capítulo 22. Tratando o Capítulo 22 de Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, verifica-se face à natureza dos produtos declarados, a prevalência, no caso, da indicação da subposição 2106 para sua classificação.

Considerando o acima exposto, e ainda que:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO Nº : 119.405
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953

a) A classificação das mercadorias é determinada, para efeitos legais, pelos textos das Posições, e das Notas de Seção e de Capítulo (RG1);

b) Não logrou o interessado êxito em demonstrar serem as mercadorias objeto da Declaração de Importação nº 49.659/94, vitaminas na aceção da Posição 2936, que, como relatado anteriormente, apenas englobam as substâncias ativas, não comportando os compostos que as apresentem em sua composição e nem aquelas apresentadas em dose ou acondicionadas para venda a retalho, cuja classificação se dá no Capítulo 30 – Produtos Farmacêuticos (Nota 2, Seção VI);

c) As informações prestadas pelo LABOR e pelo próprio interessado dão conta de serem os produtos em tela categorizados, prioritariamente, como ‘complemento alimentar ou nutricional’, na aceção do Sistema Harmonizado.”

Assim, o lançamento foi considerado procedente, declarando-se devido o crédito tributário, com os acréscimos legais cabíveis, referente à diferença de Imposto de Importação apurada no Auto de Infração Complementar de fls. 281/291.

DO RECURSO AO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Em 05/02/98, tendo efetuado o depósito previsto no parágrafo 2º da Medida Provisória nº 1.621-39/97 (fls. 309), vem a interessada, tempestivamente, apresentar recurso a este Conselho de Contribuintes (fls. 306 e 307), com as seguintes razões, em resumo:

- o parecer técnico esclareceu que no desembaraço aduaneiro dos produtos em tela a fiscalização não adotou os procedimentos previstos na IN SRF 14/85 para retirada de amostras e exame laboratorial, e que conseqüentemente o LABOR não dispõe de amostras lacradas representativas das mercadorias efetivamente importadas, nem dos dados analíticos necessários ao esclarecimento das questões suscitadas no presente processo. O parecer também informa que, à guisa de auxiliar acessoriamente a autoridade julgadora, o LABOR submeteu algumas considerações teóricas, baseadas no exame documental dos registros da D.I. correspondente. (grifos da recorrente);

- na resposta ao quesito de letra “b”, e no tocante à identificação da mercadoria, o parecer técnico informou que “os produtos descritos parecem tratar-se de complementos alimentares” (grifo da recorrente); *el*

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO Nº : 119.405
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953

- constata-se que a decisão recorrida não se fez acompanhar de prova que viesse a suportar suas conclusões. Simples “considerações teóricas” não podem ser equiparadas a provas;

- insubsistente, portanto, o procedimento fiscal, não há que se falar na desclassificação da mercadoria e na exigência de tributos, com seus acréscimos legais;

- no sentido apontado, a torrencial e tranquila jurisprudência deste Conselho de Contribuintes (Acórdão nº 301-26389 e outros).

Finalmente, pede seja dado provimento ao recurso, e excluída a parcela atinente à exigência dos tributos, com seus acréscimos.

É o relatório. *fel*

RECURSO Nº : 119.405
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953

VOTO

Trata o presente processo da importação de uma série de mercadorias, classificadas pelo importador, ora recorrente, em um único código NBM/SH – 2936.29.9900 – “Provitaminas e vitaminas, naturais ou sintéticas (incluídos os concentrados naturais), bem como os seus derivados utilizados principalmente como vitaminas, misturados ou não entre si, mesmo em quaisquer soluções – Outras vitaminas e seus derivados – Outros”.

Dita mercadoria foi reclassificada pela fiscalização, também em bloco, para o código TEC 2106.90.30 – “Preparações alimentícias não especificadas nem compreendidas em outras posições – Complementos alimentares”.

Dentre as várias mercadorias objeto da autuação, estão relacionados o Amino Ácido, a Lecitina e as vitaminas A, B, C, E, todos com códigos específicos na TEC, o que já elimina a possibilidade de uma classificação única. Além disso, a perfeita identificação da natureza dos produtos em questão demandaria o exame de cada um deles, com a conseqüente produção de laudo técnico. Entretanto, conforme a Informação Técnica do Laboratório de Análises da Receita Federal nº 049/97 (fls. 277 a 278), não foram retiradas amostras dos produtos. O mesmo laboratório fornece considerações teóricas, baseadas em exame documental, das quais destacam-se:

- os produtos “não parecem guardar semelhança com os conceituados no capítulo 29, posição 2936 da NCM. Portanto, não devem ser tão somente vitaminas ou derivados das mesmas.”
- “ ... os produtos descritos parecem tratar-se de complementos alimentares.”
- “ ... os produtos em questão parecem satisfazer as características necessárias para serem conceituados como complementos alimentares.”

Como se vê, não existe por parte do laboratório um posicionamento categórico, baseado em provas, que ampare a reclassificação efetuada pela fiscalização.

Diante do exposto, considerando que o fisco não logrou comprovar, com segurança, serem os produtos em questão complementos alimentares, e que

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES
SEGUNDA CÂMARA

RECURSO Nº : 119.405
ACÓRDÃO Nº : 302-33.953

tampouco é possível a classificação das mercadorias em um código único, DOU
PROVIMENTO INTEGRAL AO RECURSO.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1999.

Maria Helena Cotta Cardozo
MARIA HELENA COTTA CARDOZO - Relatora